

RENOVAÇÃO LEXICAL – UMA NOVA CONSTRUÇÃO DA ESCRITA

Vanessa Raquel Silvestre Miglioranza

vanessa.miglioranza@seuc.net

RESUMO

O léxico de uma língua vive em permanente desenvolvimento. Tendo em vista esta eterna evolução se tornou de suma importância investigar quais as causas que levam à formação de novos itens lexicais, quais são os mecanismos utilizados nessa renovação lexical além de como estes mecanismos poderão ser apropriados e utilizados pelo falante desta língua. O presente estudo teve por objetivo focar as possíveis dificuldades encontradas quanto ao uso destes neologismos ou léxico das palavras. Percebeu-se então a existência da relação entre leitura e escrita, pois escrever é uma prática que depende da leitura, e ambas possibilitam a incorporação desses novos vocábulos, unindo assim as múltiplas competências do indivíduo tornando-o capaz de ler, escrever, falar e compreender este novo universo que lhe é apresentado. Pretende-se por fim que esse artigo sirva como mecanismo mediador de considerações que possam auxiliar o aluno e o docente na prática da leitura e escrita como aparelho também de renovação lexical.

Palavras-chave: Léxico. Neologismos. Leitura. Escrita. Educação.

ABSTRACT

The lexicon of a language lives in permanent development. In view of this eternal evolution it has become of paramount importance to investigate which causes lead to the formation of new lexical items, what are the mechanisms used in this lexical renewal, as well as how these mechanisms can be appropriated and used by the speaker of this language. The present study aimed to focus on the possible difficulties encountered regarding the use of these neologisms or the lexicon of words. It was then noticed the existence of the relationship between reading and writing, because writing is a practice that depends on reading, and both enable the incorporation of these new words, thus uniting the multiple skills of the individual making him able to read, write, speak and understand this new universe that is presented to you. Finally, it is intended that this article serves as a mediating mechanism for considerations that can help the student and the teacher in the practice of reading and writing as a device for lexical renewal.

Keywords: Lexicon. Neologisms. Reading. Writing. Education.

INTRODUÇÃO

São perceptíveis as mudanças que ocorrem no mundo com o advento das novas tecnologias, seria então imprudente afirmar que estes mesmos avanços não ocorreram também dentro dos limites da língua. A língua é parte viva de um povo e como ele também evolui e agrega novos valores e conceitos para se adequar as novas realidades. E todo este processo é necessário para que se origine o novo que logo será substituído por outro e assim sucessivamente.

Ao se fazer uma análise da escrita dos alunos com atividades diversificadas, em faixas etárias diferentes, níveis sociais diferentes e tendo em vista um embasamento da situação real vivida nas escolas, pode-se investigar as habilidades de escrita utilizadas; distinguir o conhecimento ortográfico por meio de recursos disponíveis na escola; diferenciar a escrita, utilizando textos de literatura popular; debater a renovação lexical e analisar o conhecimento na produção de texto. A escrita possibilita liberdade utilizando a ortografia com variedades a fim de introduzir lineares mais livres no ambiente de aprendizagem.

Neste sentido, fez-se necessário realizar esta pesquisa na escola, para evidenciar problemas respectivos à construção da escrita e possíveis soluções para tais problemas, oportunizando um embasamento teórico a cerca da problemática em estudo.

O presente estudo teve por objetivo focar as possíveis dificuldades encontradas quanto ao uso destes neologismos ou léxico das palavras.

O que é produção textual

Atualmente muitos professores, independentes da área de atuação atribuem o fracasso ou sucesso do aluno em suas disciplinas à deficiênciana escrita e discurso oral do aluno. A falta de domínio das normas gramaticais indicadas pela língua padrão e de técnicas textuais. Além, como se sabe, da ausência de aptidão argumentativa, do não exercício da formulação de ideias, conceitos e opiniões próprias. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998, p.144), “a competência do aluno depende, principalmente, do poder dizer/escrever, de ser alguém que merece ser ouvido/lido”. Com base nestes fundamentos a coerência textual requer por parte do autor raciocínio lógico, ou seja, que ele

saiba organizar os pensamentos de forma a se fazer entender pelo leitor do texto, neste ponto em consonância com o disposto Koch (1994, p.19) afirma que:

A coerência, responsável pela continuidade dos sentidos no texto, não se apresenta, pois, como mero traço dos textos, mas como o resultado de uma complexa rede de fatores de ordem lingüística, cognitiva e interacional. Assim, diz Marcuschi, “a simples justaposição de eventos e situações em um texto pode ativar operações que recobrem ou criam relações de coerência”

Parafraseando Freire (2003, p. 47) "ensinar não é transmitir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção". Porém, o estímulo a leitura e a escrita, não pertence apenas à escola, mas também a família. O indivíduo depende desta parceira para chegar ao ápice do amadurecimento desta ação que é utilizada em toda a sua vida escolar e pessoal, tornando-o um ser com um nível elevado de conhecimento e um cidadão ciente de sua contribuição para que a sociedade se torne mais justa e a desigualdade social seja minimizada.

As habilidades de escrita utilizadas pelos alunos

O processo de apropriação do sistema ortográfico por parte dos alunos tem sido o alvo de atenção dos estudiosos envolvidos com Educação. As conjeturas atuais têm voltado a sua visão para o desafio do letramento, considerando-o algo muito mais complexo do que um simples processo mecânico: “Dada à natureza da escrita como um sistema complexo de signos, o seu domínio pela criança implica o ápice de um processo longo de desenvolvimento de funções comportamentais complexas” (AZENHA, 1995).

O aluno que estiver inserido nas atividades de escrita e empregando a linguagem escrita apresentará maior facilidade para interiorizar esse conhecimento e se apropriará de uma linguagem escrita significativa. Tem de se levar em consideração os anos de experiência precedentes à escola, nos quais, sem dúvida, ocorreram experiências das crianças com textos. Aqueles indivíduos que já possuem a consciência do desempenho da escrita atravessarão por um processo menos árduo de integração com o meio em que vive. O domínio da escrita se desenvolve através de um longo processo interno de construção de conjecturas sobre o que é a escrita e de como se escreve.

O surgimento de formas inovadoras para o ensino de Língua Portuguesa levou muitos educadores a avaliarem como desnecessário o ensino da ortografia, amparados no

argumento de que bastaria o aluno ler mais para escrever melhor. Infelizmente o que se tem observado nas escolas, entretanto, são dificuldades no uso de uma ortografia correta que elucubram o resultado de um trabalho ortográfico com base na reprodução, repetição e na memorização ou mesmo a carência de um trabalho voltado para a ortografia.

Em consonância com este pensamento, Ferreiro (2001, apud Parâmetros Curriculares Nacionais – Língua Portuguesa, p. 84), afirma que o processo de aquisição da língua escrita não é “natural e espontâneo”. Portanto, não basta o professor limitar-se a observar a criança nem rodeá-la de livros para que aprenda sozinha. “Ainda que tenha um forte apelo à memória, a aprendizagem da ortografia não é um processo passivo: trata-se de uma construção individual, para a qual a intervenção pedagógica tem muito a contribuir”.

A preocupação com o que deve reger o ensino da ortografia não é no que diz respeito às quais palavras escrever “corretamente”, mas, sim, o porquê de escrevê-la desta ou daquela maneira, e quais regras ortográficas regem sua escrita. “A compreensão das dificuldades regulares dá segurança ao aprendiz: internalizando as regras, ele terá segurança para escrever corretamente palavras que nunca teve oportunidade de ler” (MORAIS, 2000).

O educando necessita da intervenção pedagógica no processo de construção de seu conhecimento ortográfico. Cabe ao professor a reflexão sobre que tipo convencional rege a grafia correta da palavra, através de situações que instiguem o aprendiz à ponderação metódica a respeito das regras geradoras de notações corretas e sobre a existência de palavras cuja ortografia não depende de regras.

As habilidades desenvolvidas na escrita dependerão e estarão agregadas ao nível de conhecimento abstraído pelo aluno no decorrer de toda a sua vida escolar e social. Atualmente este processo se encontra em fase de amadurecimento, já que engatinha e demonstra ainda uma base estrutural precoce e frágil. Muito há de investir e pouco é o tempo para se começar.

O conhecimento ortográfico do aluno

Por ter caráter de convenção social, o conhecimento ortográfico é algo que não se pode descobrir sozinho, sem ajuda. Quando se compreende a escrita alfabética e se consegue ler e escrever seus primeiros textos, já se apreendeu o funcionamento do sistema

de escrita alfabética, mas ainda desconhece a norma ortográfica. Esta é uma distinção importante para entendermos por que os alunos principiantes cometem tantos erros ao escrever seus textos e por que temos que ajudá-los na tarefa de aprender a “escrever segundo a norma”.

Incorporar a norma ortográfica é conseqüentemente um longo processo para quem se apropriou da escrita alfabética. Não podemos nos assustar e, em nome da correção ortográfica, censurar ou diminuir a produção textual no dia-a-dia, ou seja. O ensino sistemático de ortografia não pode se transformar em “freio” às oportunidades de a criança apropriar-se da linguagem escrita pela leitura e composição de textos reais. Se o trabalho de reescrita e produção de textos é fundamental para nossos alunos avançarem em seus conhecimentos sobre a língua e escrita, não podemos por outro lado esperar que eles aprendam ortografia apenas “com o tempo” ou “sozinhos”. É preciso garantir que, enquanto avançamos em sua capacidade de produzir textos, vivam simultaneamente oportunidades de registrá-los cada vez mais de forma correta.

O conhecimento ortográfico tem sentido para si, ou seja, serve para que os alunos consigam utilizá-lo quando escrevem ou quando revisam seus textos. Assim, são as situações de escrita que revelarão que regras ortográficas devem ser abordadas e quando isso deve acontecer. Claro que o professor pode e deve antecipar que erros ortográficos seus alunos vão cometer com base em experiências passadas e em estudos sobre a qualidade do erro que os alunos aprendizes da língua mais cometem. Contudo, isso não significa que a exploração do tema deva ocorrer antes que os alunos produzam seus textos.

Em consonância com o pensamento de Moraes (2000, *apud* MACHADO, 2001) “no que se refere à necessidade de muitos professores terem que reaprender ortografia ou, pelo menos, reaprender como ensiná-la”.

A ortografia tem como papel unificar a expressão escrita das diferentes maneiras de falar. Imagine, por exemplo, um pernambucano e um carioca pronunciando a palavra “tio”. O primeiro diz “tiu”, o segundo diz “tchiô”. Estas seriam as formas como cada um deveria se expressar por escrito, se não houvesse uma convenção ortográfica. A dificuldade ortográfica decorre, principalmente, do fato de que em nossa língua um mesmo som pode ser grafado de maneiras diferentes. Por exemplo, sinuca, cigarro e auxílio. Por outro lado, a dificuldade ortográfica é ampliada pela possibilidade de uma mesma letra admitir mais de um som. Por exemplo, o som da letra g na palavra gato é diferente em gelo.

De acordo com o exposto, consolidamos a ideia de que o conhecimento ortográfico do aluno, não depende única e exclusivamente de seu desempenho mais de uma série de fatores que influenciam diretamente esta apropriação de conhecimento, como a escola, o professor no papel de mediador do processo, a família quanto instituição social com bases profundas e indissolúveis. O fato de o aluno ter o conhecimento ortográfico necessário não faz com que o indivíduo tenha a habilidade na arte de escrever, o que se tem de compreender é que habilidade e conhecimento, tanto quanto leitura e escrita, estão interligadas e dependem um do outro dentro do processo de construção de um indivíduo pensante e ativo dentro da sociedade.

Textos de literatura popular como incentivo para produção textual

A forma de educação sugerida pela LDB está em função de uma finalidade maior no que se refere ao ensino fundamental, que é propiciar a todos a formação básica para a cidadania, a partir da criação na escola de condições de aprendizagem para: o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo.

Deste modo, incentivar a prática da leitura e da escrita são tarefas básicas da escola e um repto indispensável para todas as disciplinas escolares, uma vez que saber ler e escrever é decisivo para o desenvolvimento pessoal e coletivo. Os alunos adquirirão capacidade de leitura e a escrita de nota que igualmente conseguirão interpretar melhor as questões relacionadas ao mundo que os cerca, além de (aos poucos) ir conquistando autonomia para buscar expandir seu próprio conhecimento.

A criação de técnicas que visem incentivar a arte da Leitura, Discussão, Produção e Reescrita de textos desde as séries iniciais é de extrema importância. A influência junto a estas séries se faz imprescindível para que as crianças adquiram o gosto pela palavra escrita e superem suas dificuldades por meio da prática, do contato direto com textos orais e escritos. O trabalho com a leitura seja em classe, seja extraclasse, deve ser uma prática comum ao docente. Se, por um lado, tem o objetivo de formar leitores competentes, por outro, auxilia a produção de textos: vejamos o que diz os PCN (1998) de Língua Portuguesa:

Formar um leitor competente supõe formar alguém que compreenda o que lê; que possa aprender a ler também o que

está escrito, identificando elementos implícitos; que estabeleça relações entre o texto que lê e outros textos já lidos; que saiba que vários sentidos podem ser distribuídos a um texto; que consiga justificar e validar a sua leitura a partir da localização de elementos discursivos que permitam fazê-lo.

A sugestão é que a leituras através de textos de literatura popular, pois estes instrumentos enfatizam a importância de se ler imagens, uma vez que esta, além de texto, se compõe como uma unidade de significado. Sugere ainda que o docente utilize práticas leitoras com textos de diferentes gêneros e que abordem temas atuais e que façam parte do cotidiano do aluno, propiciando assim que este use o seu próprio conhecimento de mundo como auxiliar na leitura que está fazendo. Tais exercícios permitem que o aluno, ao fim de uma leitura expressiva, seja despertado por ideias de intertextualidade, ou seja, é remetido a outros textos já conhecidos, pois, conforme Lajolo (1993, p. 91):

(...) ler não é decifrar, como num jogo de adivinhações, o sentido de um texto. É, a partir do texto, ser capaz de atribuir-lhe significado, conseguir relacioná-lo a todos os outros textos significativos para cada um, reconhecer nele o tipo de leitura que seu autor pretendia e, dono da própria vontade entregar-se a esta leitura, ou rebelar-se contra ela, propondo outra não prevista.

Em suma, a leitura possibilita uma reorganização do conhecimento anterior com outros novos conhecimentos advindos de leitura recente, é um novo prisma sobre coisas que já coexistem com o conhecimento prévio do aluno. Tudo isto é reorganizado e torna-se mais completo e complexo, admitindo relações com novos conceitos, os quais beneficiam a mudança e a aprendizagem. Para tanto, se faz imperioso que o leitor mergulhe fundo na leitura, extraíndo a informação, diferenciando o essencial do secundário e constituindo o maior número de relações entre os elementos novos e antigos e isto, por sua vez, exigindo a aprendizagem de estratégias de leitura, que devem ser ensinadas e explicitadas no processo de ensino.

A proposta de um trabalho pautado na diversificação e criatividade no que se refere à leitura tem sido cada vez mais imprescindível na escola moderna, tendo em vista as crescentes transformações e exigências da nossa sociedade e do mercado de trabalho, quanto à capacidade de ler e interpretar textos.

Por conta dos poucos recursos existentes nas escolas brasileiras nos dias atuais, o professor como mediador do processo de apropriação da leitura e escrita deve e pode fazer

alguma coisa dentro da sua realidade de sala de aula para amenizar as dificuldades de leitura dos alunos e sua resistência aos textos literários.

O texto literário deve ser discutido e analisado por docentes e discentes, numa relação de diálogo, trocas e respeito à fala e à voz do aluno, bem como às suas leituras anteriores.

A literatura popular, como toda forma de produzir arte, é a expressão do próprio homem. Como expressão humana, conduz ao autoconhecimento e por sua natureza ficcional, à imaginação. Num tão conturbado mundo como atualmente é o nosso, a literatura é o um espaço à criação, à liberdade de pensar, retirando a criatura da servidão de pensamentos, da passividade cômoda de uma sociedade dominante. Ela promove o desenvolvimento da criatividade humana, leva a pensar sobre o indivíduo e a sociedade.

A literatura deve ser trabalhada de forma livre e criativa, aproveitando seu permanente diálogo com outras artes como a música e o teatro, para favorecer uma crescente aproximação do texto literário com o aluno.

Renovação lexical

O léxico da língua portuguesa, assim como de toda língua viva, forma-se e renova-se incessantemente. Algumas unidades lexicais, especialmente as de origem latina, acompanham a história dessa língua desde a fase arcaica do português e ainda são usadas pelos falantes contemporâneos.

O domínio da escrita de forma harmônica e cabível, acatando os moldes impostos pela sociedade, é essencialmente imprescindível para que todos os indivíduos partilhem de uma vivência social plena de direitos, o que lhe é um bem intransferível. A renovação lexical revelará o caráter dinâmico da linguagem e mostra o modo de ver do sujeito que atua na sociedade.

Pesquisas sobre a aquisição da norma de escrita foram e são colunas sustentadoras nas transformações que se sucederam a respeito da visão que se tinha do aprender e, por conseguinte, o fato do aluno exercer papel ativo na compreensão do sistema mudou o foco na forma de ver que o professor tinha da aprendizagem. Passam-se então a trabalhar de forma construtiva os erros, criando situações que proporcionam maior contato, exploração e reflexão sobre o processo.

Essa reviravolta permitirá aos estudantes adquirirem um maior prazer e autonomia na edificação da escrita, dando-lhes liberdade e aproveitando melhor suas potencialidades.

Os PCN (1998) propõem a interdisciplinaridade como meio de se alcançar objetivos diversos de ensino e aprendizagem de leitura e escrita. Através dela, a aquisição da leitura e da escrita torna-se motivo de cooperação entre alunos e professores e, todos juntos, podem organizar uma comunidade de saberes mais próxima. Nela o professor deixa de ser um transmissor de informações e passa a disponibilizar meios de participação.

A mera representação de palavras ou ideias conceitua o termo escrita. A concepção de Ferreiro (2001, p.10) sobre o tema diz que “a escrita pode ser considerada como uma representação da linguagem ou como um código de transcrição gráfica das unidades sonoras”. A assimilação da escrita é algo que excede a obtenção da escrita. Não se considera mais a aprendizagem da escrita como uma simples apoderação de um método, o de escrever. Soares (1987, p. 39) fala com muito domínio sobre essa distinção. Segundo a autora se apropriar da escrita é diferente de se aprender a ler e a escrever: “aprender a ler e a escrever significa adquirir uma metodologia, a de codificar em língua escrita e de decodificar a língua escrita; apropriar-se da escrita é tornar a escrita própria, ou seja, é assumi-la como sua propriedade.”

É importante mostrar aos alunos que se pode falar de várias maneiras, mas que só há um modo de escrever, do ponto de vista ortográfico. Aprender a escrever sem medo de “errar” é importante. Os equívocos fazem parte de todos os processos de aprendizagem. Garcia (2004) reforça essa afirmação dizendo que é preciso estimular os alunos a “brincarem de escrever”. Ela trata os “erros” como uma oportunidade de reflexão sobre a língua escrita como um sistema.

Todo o processo de construção de palavras do tipo “portunhol”, “eurocrata” e “diciopédia”. Após uma abordagem da vária e não unanimemente aceite nomenclatura vigente, apresenta-se uma nova denominação, a saber, palavra síntese. Seguidamente caracterizam-se os produtos lexicais e os processos que os geraram. Os primeiros, sobretudo no que respeita à sua intencionalidade, arbitrariedade, efemeridade e caráter novo. Procura-se igualmente chegar à razão que leva muito frequentemente a que estes produtos lexicais sejam negligenciados por linguistas e lexicógrafos.

A renovação lexical se processa através de uma palavra nova feita a partir de outras, isto é, incluindo segmentos destas, e veiculando este conceito novo, porém, relacionado com

o significado das palavras que lhe deram origem. Pode também acontecer que a nova palavra seja constituída por um segmento unido uma a outra palavra, incorporada na sua forma total como se vê em falgato (falcão + gato), inserto no Corpus A, n. 18. Acrescente-se que os segmentos referidos, quando isolados, em princípio, podem ser desprovidos de significação.

A própria língua, gera intrinsecamente ao seu movimento de desenvolvimento linguístico a renovação lexical, que se dá tanto pela criação de novos termos ligados ao próprio idioma quanto pela adoção de termos provenientes de outras línguas, com os empréstimos linguísticos. Segundo Carvalho (2009), os empréstimos são neologismos por adoção, ou seja, a palavra estrangeira que é incorporada à língua.

“O empréstimo tem sua origem no momento em que objetos, conceitos e situações nomeados em língua estrangeira transferem-se para outra cultura” (CARVALHO, 2009, p. 42). Esta transferência não se dá de antemão, já que os falantes da língua receptora apresentam no primeiro momento uma resistência, tipificada pelos seus hábitos fonéticos e pela necessidade de correlação entre os significados e transcrições (no caso da língua escrita) dificultando à incorporação do termo”.

Trata-se, por conseguinte, de construções mais ou menos recentemente cunhadas ou inventadas, que, como todo o neologismo antes de se impor a um público mais vasto, começa por ser apenas do conhecimento restrito de um determinado sector. Não quer isto dizer que todas estas formações lexicais venham a ter a mesma divulgação. Há palavras que jamais ultrapassarão as fronteiras do campo em que foram criadas, enquanto outras, como *brunch* ou *blog*, se tornam quase universais.

Neste caso podemos utilizar como exemplo base o estrangeirismo, que com o advento da tecnologia e da internet, adentra na vida do cidadão contemporâneo de forma pragmática e circunstancial. Os novos verbetes oriundos desse processo surgem numa velocidade cibernética e tem uma aderência quase que unânime no local onde é empregado, é caso da palavra *Blog* (advinda do inglês), que no Brasil originou a palavra *Blogueiro* (aqui já passa a ser um verbo brasileiro, que significa - pessoa que se utiliza de um processo tecnológico de comunicação, no qual são inserido dados pessoais diariamente). Uma vez criados, ou importados, estes novos produtos lexicais deixam-se governar pelas RCP específicas do sistema linguístico em que foram cunhados.

Como qualquer neologismo também estes produtos lexicais se caracterizam por certa inconstância e efemeridade. Contudo, no campo da linguagem dos jovens ou publicitárias ocupam uma posição proeminente, que leva a que sejam considerados uma alternativa moderna dos processos morfológicos tradicionais. À medida que vão sendo conhecidos e reconhecidos como funcionais adquirem a estabilidade que lhes é dada pelo seu registro nos dicionários gerais de língua e nos técnicos ou de especialidade.

Constata-se que neste aspecto os dicionários de língua inglesa, em especial os da variante americana, se destaca uma rápida e mais abrangente política de aceitação lexicográfica destes novos produtos. Em relação aos dicionários de língua portuguesa, o registro destes neologismos e / ou empréstimos é majoritariamente feito pelo Aurélio Século XXI e pelo Dicionário da língua portuguesa 2009, conforme se pode verificar no corpus A. Conquanto quase todas estas criações se possam encontrar na internet, em sites pessoais ou institucionais, este tipo de registro carece, na maior parte das vezes, da estabilidade e da autoridade que um registro dicionarístico concede.

O constante processo, gradativo e lento da transformação lingüística, a língua, reflexo das atividades humanas, abandona e agrega novos termos. Aos verbetes que são criados para representar as inovações nos diversos segmentos da atividade humana – seja arte, técnica, ciência, política ou economia – denomina-se neologismo – do latim. *Neo* (novo), e do grego, *logos* (palavra), como explica Carvalho (2009, p. 8).

Além de testemunhar a criatividade e a imaginação fértil de seus falantes, os neologismos têm profunda ligação com as modificações do mundo exterior e as mais diversas áreas do conhecimento.

Os neologismos representam a mais franca face da transformação na língua, processo que muitas das vezes é imperceptível aos seus usuários – falante/escritor, leitor/ouvinte. No decorrer desta constante mudança, os neologismos vão se popularizando, sendo utilizados por todos os falantes do idioma, que inconscientemente alavancam o processo de modificação da língua pela aceção de novos termos como sendo seus próprios. Como o acontecido com os termos como shopping, batom, guidom, etc.

Segundo Câmara Jr. (2001), neologismos são inovações lingüísticas que se afirmam numa língua, podendo ser vocabular e de construção frasal. Em regra geral, porém, são composições ou derivações novas havendo, nestas últimas, acentuada preferência por

certos prefixos. Os neologismos sintáticos resultam de uma criação estilística, que se padroniza na língua, ou de um estrangeirismo sintático.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cenário que vem se apresentando na sociedade desde o final do século XX e início do XXI indica que nunca foi tão fundamental saber como selecionar informações interpretá-las de acordo com os seus contextos e transformá-las em conhecimento, num processo contínuo, pois a aprendizagem é uma necessidade contínua, sem a qual se corre o risco de uma não-participação efetiva na sociedade.

Do mesmo modo, o rápido processo de transformação sofrido pelas sociedades atuais demanda a busca pela construção de um mundo mais inclusivo, em que a solidariedade e o respeito às diferenças sejam valores cultivados por todos.

Na base da questão, situa-se, entre outros aspectos, o desenvolvimento da competência leitora e de escrita, uma vez que é principalmente por meio destas que, ao interagir com o outro, entra-se em contato com novas informações e com pontos de vistas diferentes, permitindo aos leitores experimentar variados sentimentos, fazer inúmeras relações e ampliar continuamente seus horizontes, de modo a poderem se posicionar diante da realidade. A competência de leitura e de escrita, então, é condição necessária tanto para o desenvolvimento pessoal quanto para a participação social se tornando por tanto de elevada importância para a aquisição de novos vocábulos.

A escola, os professores e o livro didático, bem como as novas tecnologias, são elementos mediadores entre o aluno e o conhecimento. Quanto mais diversificados os recursos didáticos utilizados no processo de ensino da leitura e da escrita, maiores as possibilidades de torná-las atraentes, prazerosas e conseqüentemente, mais eficientes. Portanto, entende-se que o ensino da leitura e da escrita é um processo extremamente dotado de características criativas e inovadoras, que tem o poder de proporcionar ao leitor a compreensão mais aguçada do mundo, permite-lhe fazer a sua própria representação da sociedade a partir da sua escrita e o torna mais autônomo na forma de interagir e intervir na sociedade a partir dos seus conhecimentos propiciando um enriquecimento de seu próprio léxico.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação: **Parâmetros Curriculares nacionais**: ensino médio, 1998..

CÂMARA JR, J. M. **Manual de expressão oral e escrita**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

CARVALHO, N. **Empréstimos Linguísticos na Língua Portuguesa**. São Paulo: Cortez, 2009.

COUTINHO, I. L. **Gramática Histórica**. São Paulo: Ao Livro Técnico, 1976.

FERREIRO, E. **Com todas as letras**. São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, P. **A Pedagogia da Indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo, UNESP, 2003.

GARCIA, E. **Língua e linguagem**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

KOCH, I. V. **Linguística Textual**. São Paulo: Cortez, 1994.

LAJOLO, M. **Do Mundo da Leitura para a Leitura do Mundo**. São Paulo: Ática, 1993.

MACHADO, J. C. **Ensinando e Aprendendo Ortografia**. São Paulo: Capelinha, 2001.

MORAIS, A. G. **Ortografia**: Ensinar e Aprender. São Paulo: Ática, 2000.

SOARES, M. **Língua escrita, sociedade e cultura**. Revista Brasileira de Educação, Belo Horizonte, 1987.